

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: A TribunaClass.: 711Data: 18.12.88

Pg.: _____

Garimpeiros ainda estão ocupando Pico da Neblina

MANAUS — A Polícia Federal não participará da retirada dos garimpeiros que recentemente invadiram a área do Parque Nacional do Pico da Neblina, em Roraima. A declaração é do superintendente regional da PF no Amazonas, delegado Luiz Almendros, alegando que a ação contra a ocupação ilegal daquela região deve ser deflagrada pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), acionando órgãos como a Aeronáutica, IBDF e o próprio Exército Brasileiro.

Almendros disse que já recebeu um relatório do superintendente regional, da Fundação Nacional do Índio (Funai), Celmo Alencar, sobre a situação no Pico da Neblina, mas disse que a PF por enquanto não pode agir sem uma decisão do CSN. Para ele, o conflito entre os garimpeiros e os índios Yanomanes é um problema social e político e "a PF não pode chegar lá e retirar na *marra* os garimpeiros".

O relatório feito por Alencar e que será enviado à Divisão de Ordem e Política Social, do Departamento da PF em Brasília, afirma que cerca de

100 garimpeiros já se encontram no Pico da Neblina, ocupando parte da área Yanomane e que pelo menos quatro helicópteros estão operando na região (utilizando a pista do *Picão* e do *Baiano da Formiga*, no Surucucu) dando suporte aos garimpeiros que recebem alimentos, através de lançamentos no acampamento que já foi montado no local. De acordo com o relatório, os garimpeiros estariam preparando toda a infra-estrutura para uma invasão em massa do Parque Nacional. A primeira tentativa de invasão da reserva nacional aconteceu em setembro passado, quando 70 garimpeiros chegaram à região depois de aliciar com alimentos as lideranças indígenas Maturacá. No entanto acabaram sendo retirados do local, após uma série de entendimentos mantidos entre a Funai, IBDF e as lideranças indígenas.

No relatório, a presidência da Funai apresenta um completo plano estratégico para a retirada dos garimpeiros, cuja viabilidade na avaliação de Celmo Alencar, dependeria apenas da colaboração da Polícia Federal.